

**INQUÉRITO Nº 1.037 - DF (2015/0049196-1) (f)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**REQUERENTE** : JUSTIÇA PÚBLICA  
**REQUERIDO** : EM APURAÇÃO  
**ADVOGADOS** : HUGO VELOSO CAVALCANTE - AL014747  
JOÃO CEZAR RIBEIRO DE ALBUQUERQUE - AL005569  
MARCELO JOSÉ BULHÕES MAGALHÃES - AL014222

**EMENTA**

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. INQUÉRITO. CONSELHEIROS DE TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. TITULAR DA AÇÃO PENAL PÚBLICA ("DOMINUS LITIS"). IRRECUSABILIDADE. PRECEDENTES. ARQUIVAMENTO DETERMINADO.**

**DECISÃO**

Trata-se de inquérito aberto para a apuração da prática em tese, de eventual crime por parte de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que supostamente teriam usado indevidamente da Corte de Contas com o fim de beneficiar candidaturas eleitorais nas eleições de 2014.

Encetadas diligências para a apuração dos fatos, foi aberta vista dos autos ao Ministério Público Federal, que exarou parecer (fls. 1769/1775) pelo arquivamento do presente inquérito, por entender estarem esgotadas as linhas investigatórias razoavelmente exigíveis ou inexistente linha investigatória potencialmente idônea.

É o relatório.

**DECIDO.**

É entendimento consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça que, em processos penais de competência originária, em que membros do Ministério Público Federal atuam por delegação do Procurador-Geral da República (conforme arts. 47, 48 e 66 da Lei Complementar n. 75/93), é incabível qualquer medida semelhante às previstas no art. 28 do Código de Processo Penal, não havendo outra possibilidade ao Superior Tribunal que não o deferimento do requerimento de arquivamento dos autos.

Neste sentido:

**PROCESSUAL PENAL. INQUÉRITO E QUEBRA DE SIGILO FISCAL. CRIME TRIBUTÁRIO MATERIAL. SÚMULA VINCULANTE 24/STF. AUSÊNCIA DE LANÇAMENTO. ARQUIVAMENTO.**

1. Trata-se de pedido de instauração de inquérito e de quebra de sigilo fiscal para apurar supostas irregularidades nas declarações anuais de ajuste de imposto de renda de magistrados do TJ/BA, encontradas a partir de procedimento instaurado pela Corregedoria Nacional de Justiça.

2. Hipótese em que o requerimento ministerial não indicava qual seria o crime a ser investigado, mas apenas fazia referências a supostas irregularidades nas declarações de imposto de renda. O Ministério Público foi instado a especificar o crime a ser investigado e a manifestar-se acerca da existência de lançamento, caso se tratasse de crime tributário material.

3. Após realizar diligências investigatórias, requereu o Parquet o arquivamento, sob o argumento de que, nos termos da Súmula Vinculante 24 do STF, não poderia haver a investigação de crimes tributários, já que não há lançamento definitivo e inexistem indícios de outras infrações penais.

4. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que, nesta instância especial, os membros do Ministério Público Federal atuam por delegação do Procurador-Geral da República, de sorte que não há falar em aplicação do art. 28 do CPP, por isso que, nos feitos de competência originária, o pedido de arquivamento feito pelo Ministério Público é irrecusável. Precedentes do STF.

Inquérito arquivado.

(Inq 967/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/03/2015, DJe 30/03/2015)

No mesmo sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que já teve até mesmo a oportunidade de afirmar a irrecorribilidade da decisão que determina o arquivamento:

EMENTA Agravo regimental. Pedido de arquivamento do feito pela Procuradoria-Geral da República. Arquivamento obrigatório. Ilegitimidade ad causam do particular para recorrer dessa decisão. Irrecorribilidade. Precedentes. 1. Sendo o Ministério Público Federal o único titular da ação penal, o agravante é carente de legitimidade ad causam para interpor o presente agravo regimental, que tem como finalidade exclusiva dar seguimento a notícia criminis por ele ofertada. 2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o pedido de arquivamento formulado pelo Ministério Público Federal, quando fundado na ausência de elementos consistentes à demonstração da ocorrência de conduta criminosa, é irrecusável. 3. Agravo regimental não-conhecido.

(Pet 4173 AgR, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Tribunal Pleno, julgado em 12/06/2008, DJe-162 DIVULG 28-08-2008 PUBLIC 29-08-2008 EMENT VOL-02330-02 PP-00284)

Ante o exposto, acolho o parecer ministerial de fls. 1769/1775 e, com fundamento no art. 3º, I, da Lei 8038/90 e 219, I, do RISTJ, determino o arquivamento deste Inquérito, sem prejuízo de que fatos novos justifiquem sua reabertura, nos termos do art. 18 do CPP.

Publique-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
Relator